



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Curso: Previdência Pública e Privada: aspectos jurídicos relevantes

Modalidade: Presencial

Datas: 15 e 18 de maio de 2020

Carga Horária: 20 horas/aula

Professor responsável: Dr. Fábio Zambitte

PROGRAMA

AULA 1

Dia 15/05 – das 9hs às 13h20

Procedimento metodológico: A aula terá uma parte expositiva dialogada - com os alunos sentados em círculo - na qual os docentes apresentarão os aspectos teóricos com relação à questão tema. O tempo destinado a esta atividade irá corresponder à, no máximo, 60 por cento da carga horária de cada aula.

Para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados serão utilizadas as técnicas da metodologia ativa, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem. Essas atividades práticas e reflexivas irão corresponder à, no mínimo, 40 por cento da carga horária de cada aula.

Tema: Regime Geral de Previdência Social

Ementa: Segurados. Dependentes. Cálculo dos benefícios. Benefícios por incapacidade. Aposentadorias voluntárias. Benefícios de proteção à família.

Conteúdo programático: (i.) segurados: facultativos e obrigatórios – empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais, segurados especiais; (ii.) cálculo dos benefício: salário de benefício, renda mensal inicial, fator previdenciário; (iii.) benefícios por incapacidade: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente. (iv.) aposentadorias voluntárias: idade e tempo de contribuição; (v.) aposentadorias diferenciadas: especial e pessoa com deficiência; (vi.) benefícios de proteção à família: salário-maternidade, salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão.

Objetivos Específicos: o magistrado estará apto a aplicar com maior qualificação e precisão a legislação previdenciária nas demandas envolvendo o Regime Geral de Previdência Social, incluindo os benefícios rurais e os acidentários.

Docente: Fábio Souza - Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Juiz Federal na 4ª Turma Recursal do Rio de Janeiro especializada na matéria previdenciária. Juiz da Turma Nacional de Uniformização - TNU (2018-2020). Professor Adjunto de Direito Previdenciário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi Procurador Federal com atuação no INSS.

Referências Bibliográficas:



CASTRO, Carlos Alberto Pereria. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 24ª edição. Niterói: Impetus, 2019. ROCHA, Daniel Machado. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. SOUZA, Fábio. Quem deve decidir? Confiança na aptidão decisória. Curitiba: Alteridade, 2018.

AULA 2

Dia 15/05 – das 14h30 às 18h50

Procedimento metodológico: A aula terá uma parte expositiva dialogada - com os alunos sentados em círculo - na qual os docentes apresentarão os aspectos teóricos com relação à questão tema. O tempo destinado a esta atividade irá corresponder à, no máximo, 60 por cento da carga horária de cada aula.

Para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados serão utilizadas as técnicas da metodologia ativa, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem. Essas atividades práticas e reflexivas irão corresponder à, no mínimo, 40 por cento da carga horária de cada aula.

Tema: Previdência dos Servidores Públicos

Ementa: Beneficiários. Aposentadorias voluntárias. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por invalidez. Aposentadorias diferenciadas. Pensão por morte. Reformas previdenciárias. Regras de transição. Regras de cálculo. Acumulação.

Conteúdo programático: (i.) beneficiários: servidores ativos, inativos e dependentes; (ii.) aposentadorias voluntárias: idade e tempo de contribuição; (iii.) aposentadorias diferenciadas: insalubridade, periculosidade, pessoas com deficiência; (iv.) pensão por morte: requisitos, valor, rateio, duração; (v.) reformas previdenciárias: EC 20/98, EC 41/03, EC 47/05, PEC 06/19; (vi.) regras de transição: análise comparativa; (vii.) regras de cálculo: integralidade, paridade, valor real, remuneração de benefício, coeficiente de cálculo; (viii.) acumulação: hipóteses autorizadas e proibidas.

Objetivos Específicos: Decidir com maior embasamento técnico questões envolvendo os regimes próprios de previdência, especialmente, a previdência dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro.

Docente: Fábio Souza: Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Juiz Federal na 4ª Turma



Recursal do Rio de Janeiro especializada na matéria previdenciária. Juiz da Turma Nacional de Uniformização - TNU (2018-2020). Professor Adjunto de Direito Previdenciário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi Procurador Federal com atuação no INSS.

Referências Bibliográficas:

Bibliografia, bibliografia complementar e acesso à bibliografia: CASTRO, Carlos Alberto Pereria. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 24ª edição. Niterói: Impetus, 2019. ROCHA, Daniel Machado. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. SOUZA, Fábio. Quem deve decidir? Confiança na aptidão decisória. Curitiba: Alteridade, 2018.

AULA 3

Dia 18/05 - das 9hs às 13h20

Procedimento metodológico: A aula terá uma parte expositiva dialogada - com os alunos sentados em círculo - na qual os docentes apresentarão os aspectos teóricos com relação à questão tema. O tempo destinado a esta atividade irá corresponder à, no máximo, 60 por cento da carga horária de cada aula.

Para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados serão utilizadas as técnicas da metodologia ativa, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem. Essas atividades práticas e reflexivas irão corresponder à, no mínimo, 40 por cento da carga horária de cada aula.

Tema: Previdência Complementar

Ementa: Estrutura constitucional e legal. Entidades de Previdência Complementar. Contratos de previdência complementar: cláusulas obrigatórias e controvérsias jurisprudenciais. Planos de benefícios. Planos de custeio. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Principais demandas. Revisão de benefícios.

Conteúdo programático: (i.) Previdência Complementar na CF (art. 202); (ii.) Leis Complementares 109 e 108 de 2001; (iii.) contrato de previdência complementar: características, cláusulas comuns, cláusulas obrigatórias; (iv.) controle judicial do contrato de previdência complementar; (v.) planos de benefícios: contribuição definida, benefício definido, contribuição variável; (vi.) contribuições para a previdência complementar; (v.) aplicação do Código de Defesa do Consumidor; (vi.) revisão dos benefícios complementares.



Objetivos Específicos: Julgar os temas relacionados à previdência complementar, tanto aquelas atinentes às Entidades Fechadas, quanto às Entidades Abertas de Previdência Complementar.

Docente: Fábio Zambitte - Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica SP (2007). Advogado. Professor Titular de Direito Previdenciário e Tributário do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Professor Adjunto de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi auditor fiscal da Secretaria de Receita Federal do Brasil e presidente da 10ª Junta de Recursos do Ministério da Previdência Social.

Referências Bibliográficas:

CASTRO, Carlos Alberto Pereria. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 24ª edição. Niterói: Impetus, 2019. ROCHA, Daniel Machado. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. SOUZA, Fábio. Quem deve decidir? Confiança na aptidão decisória. Curitiba: Alteridade, 2018.

AULA 4

Dia 18/05 - das 14h30 às 18h50

Procedimento metodológico: A aula terá uma parte expositiva dialogada - com os alunos sentados em círculo - na qual os docentes apresentarão os aspectos teóricos com relação à questão tema. O tempo destinado a esta atividade irá corresponder à, no máximo, 60 por cento da carga horária de cada aula.

Para a análise de situações concretas e/ou normativas relacionadas aos temas abordados serão utilizadas as técnicas da metodologia ativa, tais como Estudo de Caso, Simulações, Debates em grupo, Oficinas, GV/GO e demais estratégias de ensinagem. Essas atividades práticas e reflexivas irão corresponder à, no mínimo, 40 por cento da carga horária de cada aula.

Tema: Custeio da Seguridade Social

Ementa: Fontes de custeio da Seguridade Social. Contribuição da União, dos Estados e dos Municípios. Contribuições para a Seguridade Social. Outras receitas. Isenção e imunidades.

Conteúdo programático: (i) Fontes de custeio da Seguridade Social: estrutura constitucional e legal; (ii.) contribuição da União, dos Estados e



Municípios: contribuição da União para a Seguridades Social, responsabilidade subsidiária da União por benefícios previdenciários, contribuição para os regimes próprios; (iii.) contribuições para a seguridade social: contribuição do segurado, contribuição das empresas (folha de pagamento, COFINS e CSLL), concurso de prognóstico, importador; (iv) S.A.T.; (v.) outras receitas: art. 27 da Lei 8.212/91; (vi.) entidades beneficentes de assistência social; (vi.) parcelamento e suspensão de exigibilidade.

Objetivos Específicos: Avaliar as questões jurídicas sobre o custeio da Seguridade Social, principalmente as que concernem sobre as controvérsias jurisprudenciais a respeito das contribuições previdenciárias.

Docente: Fábio Zambitte - Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica SP (2007). Advogado. Professor Titular de Direito Previdenciário e Tributário do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Professor Adjunto de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi auditor fiscal da Secretaria de Receita Federal do Brasil e presidente da 10ª Junta de Recursos do Ministério da Previdência Social.

Referências Bibliográficas:

CASTRO, Carlos Alberto Pereria. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 17ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 24ª edição. Niterói: Impetus, 2019. ROCHA, Daniel Machado. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. SOUZA, Fábio. Quem deve decidir? Confiança na aptidão decisória. Curitiba: Alteridade, 2018.